



PERMANÊNCIA DE JOVENS SUCESSORES E POTENCIAIS SUCESSORES NO MEIO RURAL: IMPORTÂNCIA DAS ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS

Caroline Casado Fagundes, Zootecnista, Universidade Federal de Santa Maria – UFSM; Luana Cristina Duarte, Mestra em Agronegócios, Universidade Federal de Santa Maria – UFSM; Rosani Marisa Spanevello, Doutora em Desenvolvimento Rural, docente no Departamento de Zootecnia e Ciências Biológicas da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM; Tailini Soares Botene, Mestranda em Agronegócios, Universidade Federal de Santa Maria – UFSM.

Resumo: O objetivo é apresentar a caracterização socioeconômica, produtiva e ocupacional de jovens sucessores e potenciais sucessores no meio rural pertencentes ao município de Criciúma, região noroeste do Rio Grande do Sul que trabalham com atividades não agrícolas em suas propriedades ou fora delas. Os resultados apontaram que os jovens que têm desenvolvido mais de uma atividade, caracterizadas por um conjunto de atividades agrícolas e não agrícolas desempenhadas em horários intercalados, dentro e fora das propriedades rurais, sem abandonar os afazeres do trabalho no campo. A novo rural apresentou-se como uma forma para a diversificação da renda das famílias, já que a maioria das atividades não agrícolas são cargos remunerados (caixa, vendedor, funcionário público), e também sob a forma de função social e integrativa do meio rural, quando se percebe a busca dos jovens por autonomia e independência financeira (exercício de outros cargos remunerados) ou realização profissional (como o caso dos jovens que exercem funções para as quais cursaram o ensino técnico ou superior, por exemplo, a enóloga e o agrônomo). Esses dados indicam que as atividades não agrícolas ganham grande importância na questão da permanência dos jovens no campo, pois o exercício dessas atividades proporciona aos jovens diversos benefícios, razão pela qual os entrevistados ressaltaram que, de fato, poder desempenhar atividades não agrícolas contribui para a sua permanência.

Palavras-chave: Sucessão geracional. Propriedade rural. Permanência.



1 INTRODUÇÃO

Atualmente, o fluxo migratório campo-cidade brasileiro tem como característica principal o maior fluxo juvenil. Conforme Maia e Buainain (2015), nas áreas rurais, a população jovem reduziu de 16,8 milhões em 1991 para 10,4 milhões em 2010, a população adulta (definida como aqueles entre 18 a 64 anos) parou de crescer (próxima de 17 milhões nas três décadas) e a população idosa (65 anos ou mais) cresceu ligeiramente (de 1,6 milhão em 1991 para 2,2 milhões em 2010).

No Rio Grande do Sul, de acordo com o Censo Demográfico, a diminuição da população jovem é mais acentuada a partir da década de 1990, com uma diminuição de 44,4% da população jovem rural, 15,6% em 2000 e 34,6% na década de 2010. De acordo com o Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017), o Rio Grande do Sul possui 365.052 propriedades enquanto em 2006 eram 441.472, sendo que os gestores jovens (idade até 35 anos) representam 8% dos produtores gaúchos, enquanto a faixa etária compreendida entre 45 a 65 anos compreendem 50% dos produtores.

O resultado desse cenário de migração juvenil são processos sociais importantes para o meio rural, como é o caso da masculinização e do envelhecimento da população rural. Dentre os fatores que contribuem para estes resultados estão as transformações das atividades agrícolas, como o uso intensivo de tecnologia e o assalariamento da mão de obra, restando às mulheres as atividades domésticas; em segundo lugar, a precária infraestrutura de serviços sociais no meio rural que restringem oportunidades de ocupação e trabalho para as mulheres jovens e adultas; e, em terceiro, os procedimentos usuais de transmissão do patrimônio familiar que geralmente excluem a mulher da condição de sucessora e herdeira (MAIA; BUAINAIN, 2015). De acordo com Spanevello *et al.* (2017), o envelhecimento tornou-se uma questão social relevante. Isso ocorre devido ao fato de que a saída dos jovens possibilita a ausência de sucessão nas propriedades, tornando-se uma preocupação dos pais, em relação a quem irá ampará-los na velhice.

A reversão das condições apresentadas acima, em especial do êxodo rural, passa por novas definições do que é o rural e as novas possibilidades de permanecer e viver no rural. Trabalhos como o de Kageyama (2008) mostram que, a partir de 1990, o rural não passou a ser mais definido como o lugar do atraso e do espaço exclusivo da produção agrícola. Segundo Kageyama (2000), o rural tem sido considerado um espaço multissetorial, sendo a agrícola apenas uma espécie de atividade, agregando também a presença das atividades não agrícolas. Entre as principais atividades não agrícolas pode-se citar a



prestação de serviços e a transformação da produção primária, gerando agregação de valor aos produtos oriundos das propriedades.

Schneider e Fialho (2000) ressaltam que a realização de atividades não agrícolas é o que garante, muitas vezes, a renda e é o que motiva as pessoas a ficarem no campo. As atividades não agrícolas se mostram como alternativa para que as famílias ali permaneçam, principalmente para a agricultura familiar que, por possuírem pequenas propriedades, buscam alternativas para gerar renda.

Anjos e Caldas (2005) reforçam que as atividades não agrícolas podem contribuir também para a permanência dos jovens no campo. Considerando que os jovens demandam renda, trabalho e autonomia para permanecer como sucessores no meio rural, verifica-se que as atividades não agrícolas podem potencializar o atendimento destas demandas dos jovens. As atividades não agrícolas, tanto de prestação de serviços como de transformação da produção primária, apresentam uma dinâmica de trabalho e geração de renda diferenciada da produção agrícola. De acordo com Spanevello *et al.* (2017), a diversificação da produção e das atividades desenvolvidas nas propriedades no meio rural pode ser uma maneira de garantir que os filhos permaneçam na propriedade.

Em estudo realizado em Santa Catarina, Simioni *et al.* (2016) mostram que o desenvolvimento rural precisa promover alternativas para gerar renda para as famílias rurais e, desta forma, proporcionar qualidade de vida, colaborar para o processo sucessório e para a sustentabilidade destas no meio rural. Em Israel, Sofer (2001) identificou que o número de famílias rurais que dependem apenas de rendas agrícolas está diminuindo significativamente, pois procuram a inserção em atividades não agrícolas para a geração de renda e o sustento de sua família, a qual acaba na maioria dos casos sendo maior do que a renda de atividades essencialmente agrícolas.

Conforme Reardon *et al.* (1998), são as propriedades mais vulneráveis que têm a necessidade de fontes de renda adicionais, além das provenientes das atividades agrícolas; porém são estas que possuem maior dificuldade em capital humano, produtivo e maiores barreiras para ter acesso a crédito para financiamentos, ao contrário das propriedades capitalizadas, as quais têm maior oportunidade para gerar renda com atividades não agrícolas.

Em estudo realizado nos municípios de Aratiba e Itatiba do Sul, no Rio Grande do Sul, pode-se concluir que a permanência dos jovens no meio rural está ligada essencialmente à disponibilidade de recursos econômicos nas propriedades que é atingido pela modificação dos meios de produção e de geração de renda, principalmente pelo



complemento de renda através de atividades não agrícolas e pela busca por novas atividades na própria propriedade, como é o caso das agroindústrias (DEGGERONE *et al.*, 2014). O novo rural pode se mostrar como um grande aliado para a permanência dos jovens nas propriedades rurais, desta forma garantindo a sucessão nas propriedades.

No contexto da problemática da migração juvenil rural associado a novas alternativas de geração de renda e inclusão social para a juventude rural, Zanol (2013) citado por Signor (2019, p. 20) pontua que “as possibilidades de contornar esses processos passam pelo fomento e incentivo às atividades agrícolas e não agrícolas no meio rural e, por consequência, ao atendimento das aspirações dos jovens para estabelecerem-se no campo, diversificando formas de trabalho”. Signor (2019) defende que as atividades não agrícolas podem ser compreendidas sob o olhar do empreendedorismo. Para o autor tornar a juventude rural empreendedora pode favorecer a permanência dos jovens no campo e assegurar a manutenção do desenvolvimento rural.

Ainda, segundo Signor (2019), este empreendedorismo passa pelo exercício das atividades não agrícolas, pela pluriatividade e pela transformação de produtos, agregando valor econômico e social ao rural e ao espaço de origem dos jovens. Suess-Reyes e Fuetsch (2016), em seu estudo, concluem que as propriedades familiares que inovam e usam estratégias sustentáveis têm a possibilidade de ter sucessores, porque se tornam interessantes para estes, pois os quesitos sustentáveis podem representar maior inserção da produção no mercado com consumidores específicos gerando uma renda significativa e superior aos produtores convencionais, sendo esta uma motivação para eles e para a manutenção e seguimento das propriedades. Empreender como novas atividades não agrícolas entre os jovens, para Signor (2019, p. 22) representa “uma possibilidade de atender anseios pessoais revitalizando e desenvolvendo as regiões”.

A permanência do jovem no campo está atrelada a fatores motivacionais que podem favorecer a sucessão geracional. O principal fator de permanência dos jovens no campo é a reprodução dos negócios e do patrimônio da família.

Este artigo tem como pano de fundo a discussão entre a sucessão geracional e o desenvolvimento das atividades não agrícolas em propriedades rurais. O objetivo é apresentar a caracterização socioeconômica, produtiva e ocupacional de jovens sucessores e potenciais sucessores no meio rural pertencentes ao município de Criciúma, região noroeste do Rio Grande do Sul que trabalham com atividades não agrícolas em suas propriedades ou fora delas.



2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com o intuito de alcançar os objetivos desta pesquisa, será utilizado o método qualitativo, cujos dados foram coletados a partir da realização de entrevistas semiestruturadas, direcionadas aos jovens residentes em propriedades rurais. Foi selecionado o município de Crissiumal que vem a cada Censo Demográfico diminuindo a população juvenil: no Censo Demográfico de 1991, o percentual de jovens representava 26,5% da população total rural, enquanto em 2000, 21,2% e em 2010 o percentual é de 17,8%. Considerando as diferenças entre moças e rapazes, pode-se dizer que as mesmas não são significativas.

O município de Crissiumal possui, segundo dados do Censo Agropecuário de 2017, 1.592 propriedades rurais, sendo que em 803 destas os proprietários tem mais de 55 anos, enquanto apenas 100 propriedades tem produtores com menos 35 anos. Estes dados reforçam a perspectiva do envelhecimento dos produtores frente a saída dos jovens e as dificuldades de renovação da gestão das propriedades conforme já apontavam os estudos de Spanevello et al. (2017).

O público alvo deste estudo são os jovens/filhos de agricultores que apresentam as seguintes características: Residem no meio rural nas propriedades paternas ou estabelecidas de forma independente em outras propriedades; residem no meio rural, exercendo atividades não agrícolas como forma de geração de renda. A faixa etária considerada para inclusão nas entrevistadas delimitou-se entre 15 e 29 anos. No entanto, durante a coleta de dados foram identificados sucessores com faixa etária superior a recortada inicialmente. Como forma de complementar e ampliar o número de entrevistas foi mantida a coleta e a análise de dados.

A amostra se limita ao número de entrevistados dentro do município selecionado, sendo, desta forma, selecionados por amostra de conveniência (MAGALHÃES; LIMA, 2008). No total, foram selecionadas 26 propriedades que desenvolvem atividades não agrícolas (podendo estar associado atividades agrícolas) e entrevistados 26 jovens que executam estas atividades independentes ou no conjunto da família, sendo possíveis sucessores ou não. As entrevistas foram realizadas no segundo semestre do ano de 2019 e, além da estatística descritiva, os dados também foram analisados a partir da técnica de análise de conteúdo.



3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados detalhados neste capítulo buscam fazer uma caracterização dos entrevistados. O item está organizado em partes: a primeira faz uma breve caracterização pessoal dos entrevistados; a segunda a distinção entre as propriedades nas quais os jovens residem; a terceira informações sobre a ocupação dos entrevistados, a fim de demonstrar as atividades rurais e não rurais desempenhadas pelos jovens; e a quarta seção, traz a síntese das avaliações dos aspectos sociais e produtivos da ocupação e do rural segundo os entrevistados, contendo suas perspectivas pessoais sobre a atualidade e sobre o futuro da permanência no meio rural.

3.1 Caracterização dos entrevistados

Foram enquadrados como jovens as pessoas com idades entre 17 e 32 anos, com maior concentração entre 17 a 25 anos. Dos 26 entrevistados, nove são do sexo feminino (com um percentual de 34,62%) e 17 do sexo masculino (representando 65,38%). Quanto ao estado civil, 69,23% dos mesmos são solteiros (correspondendo a 18 entrevistados do número total), 15,38% são casados (quatro entrevistados) e outros 15,38% (quatro entrevistados) apresentam união estável. Dos 26 entrevistados, apenas cinco possuem filhos, ou seja, um percentual de 19,23%.

Analisando esses dados sobre o estado civil e o número de filhos dos entrevistados percebe-se mudanças nas famílias. Estas alterações podem ser visualizadas a partir de algumas comparações com o modo de vida das gerações passadas, tais como a formação de uniões estáveis (em substituição ao casamento), os casamentos mais tardios (com jovens em idade mais avançada), o menor número de filhos (como resultado da redução das taxas de fecundidade das mulheres rurais), as estruturas familiares mais reduzidas (apenas uma geração sob o mesmo teto) como forma de garantir a individualização dos casais mais jovens e os conflitos entre as gerações, entre outros (MAIA e BUAINAIN, 2015).

No que se refere à instrução de ensino, dentre os entrevistados, cinco estudam, enquanto 21 afirmam ter concluído a formação escolar. Entre os que estudam, dois frequentam cursos de Pós-Graduação, um de Graduação em Agronomia, outro em Geografia e outro em Administração. Dos 21 que concluíram os estudos temos o seguinte panorama: 12 possuem entre ensino médio incompleto a superior incompleto, dos nove restantes tem-se que quatro são Técnicos em Agropecuária, dois com Graduação em



Administração, um em Agronomia, outro em Gestão Ambiental e uma Enóloga. Pode-se dizer que, dos entrevistados, todos tiveram acesso a, pelo menos, uma formação básica que lhes permita acumular conhecimento para aplicar dentro das próprias propriedades, ou deu a eles a possibilidade de conseguir uma atividade remunerada mesmo que fosse fora da propriedade.

3.2 Caracterização das propriedades rurais

O tamanho das propriedades é variável, sendo 75% dos entrevistados residem em propriedades com até 30 hectares. Dos 26 entrevistados, a maioria (24 jovens) afirma que a terra é própria (no caso, de seus pais) e os outros dois dizem que uma parte é própria (de seus pais) e outra arrendada (pais arrendam de terceiros). Em 65,38% dos casos os jovens moram na casa dos pais e os outros 34,62% moram em casa separada (mas na propriedade dos pais). Ou seja, existem esses dois casos de situação de moradia dos jovens, sendo que 17 pertencem ao primeiro caso (casa dos pais) e nove ao segundo (casa separada).

No que se refere à distância das propriedades até a cidade de Crissiumal, esta varia em menos de 1 km até 20 km, ficando a maioria na média de 10 km. Matte et al. (2019), afirma a existência de certa proximidade entre a zona rural e a zona urbana é um elemento que favorece a decisão dos jovens de permanecer no rural, uma vez que algumas modalidades de lazer e de comunicação (internet) estão presentes somente no meio urbano, e a curta distância entre urbano e rural propiciaria este acesso.

Quanto às atividades desenvolvidas nas propriedades do espaço empírico, constatou-se que em algumas propriedades é desenvolvida apenas uma atividade, enquanto em outras se registra a combinação de mais de uma atividade agrícola, além das não agrícolas, sendo que a quantidade de atividades varia de uma propriedade para outra (Quadro 4).

Quadro 1: Atividades Agrícolas.

Atividades agrícolas	Frequência	Percentual
Leite e grão	4	15,38%
Grãos	3	11,54%
Vinhedos	1	3,85%
Leite	4	15,38%
Grãos, leite e suínos	2	7,69%
Pomar	1	3,85%
Grãos, piscicultura e gado de corte	1	3,85%

Grãos, leite e fumo	3	11,54%
Leite e fumo	3	11,54%
Hortaliças	2	7,69%
Nenhuma atividade agrícola	2	7,69%

Fonte: Elaborados pelos autores (2019).

Conforme o Quadro acima, as atividades agrícolas mais desenvolvidas são: leite, grãos, suínos e fumo com registro também de duas propriedades onde as pessoas estão empenhadas em desenvolver atividades não agrícolas (que serão apresentadas no decorrer desta análise). De acordo com Schneider e Fialho (2000) a conciliação de atividades agrícolas e não agrícolas, se tornou uma estratégia de reprodução das propriedades familiares e uma forma de ocupação da mão-de-obra disponível no meio rural.

3.3 Ocupação dos entrevistados

Os entrevistados deste estudo foram indagados sobre as atividades que executam atualmente, ou seja, quais atividades desempenham, a fim de identificar se sua ocupação está estritamente associada à atividade agrícola ou se, ao contrário, é composta também por atividades não agrícolas. O Quadro 5, a seguir, retrata o envolvimento dos jovens entrevistados em atividades agrícolas e não agrícolas ou em apenas não agrícolas.

Quadro 2: Função na atividade.

Função na atividade agrícola e não agrícola				
E	Sexo	Tam. Propriedade	Atividade agrícola	Atividade não agrícola
1	M	45	Leite e de grãos	Prestação de serviços
2	F	25	Nenhuma função	Caixa
3	F	65	Vinhedos e colheita das uvas	Enóloga e vendedora
4	F	22	Leite	Secretária de escola
5	F	36	Leite	Contador na prefeitura
6	F	18	Nenhuma função	Atendimento ao associado
7	F	3	Leite	Assessora no setor de licitações da prefeitura
8	F	8,5	Plantação e colheita das frutas	Gestão+mão-de-obra+Trabalho externo
9	M	19	Produção de grãos, piscicultura e gado de corte	Agente comunitário de saúde
10	M	16	Leite	Operador de maquina na marcenaria

11	M	31	Grãos, leite e fumo	Vendedor agrícola
12	M	14	Produção de leite	Técnico agropecuária
13	M	40	Leite e fumo	Entregador
14	M	8	Leite e fumo	Vendedor
15	M	9	Leite e fumo	Borracheiro
16	M	8,5	Leite e fumo	Vendedor
17	M	40	Grãos, leite e fumo	Balconista
18	M	50	Grãos, leite e suinocultura	Agrônomo
19	M	12	Leite	Auxiliar de escritório
20	M	16,5	Grãos e de leite	Técnico agropecuária
21	M	12	Produção de leite	Almoxarife
22	M	27	Grãos	Mão-de-obra
23	M	24	Hortaliças	Gestão+mão-de-obra+Trabalho externo
24	M	24	Hortaliças	Gestão+mão-de-obra+Trabalho externo
25	F	1	Nenhuma função	Lavadora de carros
26	F	3,6	Nenhuma função	Atendente e caixa

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Verifica-se que a maioria dos entrevistados apresenta dupla jornada de trabalho, sendo este um fato presente em todos os casos onde os jovens são do sexo masculino. O relato dos jovens é que esta dupla jornada de trabalho se dá da seguinte forma: 1) Eles realizam as atividades agrícolas antes e depois que chegam da atividade não agrícola (sendo antes e depois do trabalho que realizam na cidade ou fora da propriedade); 2) Desenvolvem a atividade nos finais de semana e feriados; ou 3) Desenvolvem todos os dias antes e depois da atividade não agrícola e também nos finais de semana e feriados.

As jovens do sexo feminino, ao desenvolver atividades agrícolas, na maioria das vezes, ajudam na produção de leite (na ordenha e na alimentação dos animais). Mesmo que desenvolvam outra atividade agrícola na propriedade, as jovens ficam incumbidas de realizar esta atividade, ajudando todos os dias no turno da manhã e da tarde e nos finais de semana. Esse fato vai de encontro com o estudo de Paulilo (2004), para o qual as mulheres do meio rural desempenham dupla ou até tripla jornada de trabalho (além da atividade não agrícola, a atividade agrícola e os afazeres domésticos), sem receber na maioria das vezes por isso (como é o caso das jovens entrevistadas), estas são destinadas a fazer trabalhos que dependem de mais mão-de-obra e que dispõe de menor tecnologia.

Ao serem questionados sobre as atividades que mais gostam de realizar na propriedade, tem-se o seguinte panorama: executar tarefas relacionadas ao uso do maquinário, trabalhar com atividades voltadas a sistemas de produção específicos (leite,



piscicultura, uva, fumo), atividades domésticas (limpezas), atividades de atendimento ao público (trabalho como caixa, assistência técnica, realizar vendas, lavagem de carros, entrega de mercadorias, atendimento ao associado). Fazer a parte da gestão da propriedade, consertar as máquinas da mesma, outras respostas (caso de dois jovens) estão concentradas nas atividades que realizam no rural, produção de leite em geral, bem como trabalhar com a produção de grãos (três jovens).

Sobre as atividades que os jovens menos gostam de fazer, aparecem respostas variadas: sete jovens apontam não existir nenhuma atividade que eles não gostam de realizar, pois realizam todas as atividades necessárias nas propriedades, sem distinção. Os demais jovens responderam não gostar de atividades ligadas a parte produtiva agropecuária (passar veneno, assistência técnica da parte de irrigação, suinocultura, leite, abater frangos, trabalhar com os abacaxis, trabalho braçal, semear as sementes para fazer as mudas de hortaliças, serviços de limpeza), além das atividades domésticas (limpar a casa) e demais atividades relacionados ao trabalho de forma indireta, tais como ir trabalhar em dias de chuva na cidade, fazer a parte de gestão de pessoas, visitar pessoas que não valorizam o meu trabalho, realizar as tarefas de escritório e comercializar a produção.

O que podemos perceber é que não foi possível definir qual é a atividade que os jovens mais gostam ou menos gostam de fazer, pois é uma característica muito pessoal de cada um. Teve casos em que um jovem disse que gosta de trabalhar a atividade leiteira, mas também tivemos o jovem que disse que o que menos gosta de fazer é trabalhar com este sistema de produção.

A execução destas atividades acima citadas está relacionada também com a autonomia que cada um tem dentro das propriedades, tanto para o desempenho das atividades como para a gestão dos negócios incluindo, por exemplo, ter a posse da terra, ter bloco de produtor e fazer investimentos bancários em seu nome. Segundo Spanevello (2008) a falta de autonomia dos jovens em poder tomar decisões tanto produtivas como de gestão, a falta de reconhecimento que os mesmos têm de seus pais acaba por impulsionar a saída dos jovens do rural.

3.4 Avaliação dos aspectos sociais e produtivos da ocupação e do rural segundo os entrevistados

Neste item, são trabalhadas, a partir da percepção dos jovens, as questões que envolvem o ficar e sair do campo, analisando as avaliações dos jovens sobre o rural, sobre



a ocupação e a autonomia nas propriedades. Importante ressaltar que diversos são os fatores que influenciam a decisão dos jovens em permanecer ou não no campo, como a autonomia para o gerenciamento da propriedade, a independência financeira, a perspectiva matrimonial, o acesso ao lazer e à comunicação, a realização profissional, o fomento de políticas públicas e de crédito para o meio rural etc. (MATTE *et al*, 2019).

Sob o aspecto econômico, no caso dos entrevistados, apenas dois dos 26 jovens possuem área de terra em seu nome, ou seja, 7,69%. Entretanto, 14 jovens possuem bloco de produtor rural (sendo quatro do sexo feminino e 10 do sexo masculino). Quanto à questão de obtenção de crédito por meio de financiamentos, cinco jovens já fizeram financiamentos em seu nome (dois do sexo feminino e três do sexo masculino) representando um total de 19,23%. Muitas vezes, mesmo sendo o filho que toma conta da produção, quem realiza e tem o controle sobre os financiamentos ainda são os pais, os quais não abrem mão disso (SPANVELLO, 2008), o que reflete na decisão dos filhos, sob o aspecto da autonomia para o trabalho.

Com relação ao espaço em que vivem ou o seu espaço de origem, 50% dos jovens consideram ótimo viver no meio rural e os outros 50% disseram que acham apenas bom viver no meio rural, ou seja, 100% dos jovens aprovam o modo de vida no meio rural, uma vez que nem um deles considera o mesmo regular ou ruim.

Conforme Spanevello (2008), a avaliação que os jovens tendem a fazer do rural geralmente é positiva, pois se trata do local em que construíram as referências familiares da infância, da primeira escola e dos primeiros amigos. Além disso, as condições atuais de comunicação e tecnologia aproxima o rural do urbano, não sendo visto como um local distante (socialmente) como nas gerações passadas. A autora ainda afirma que a recusa dos jovens sobre o modo de vida rural tem um peso grande sobre a forma como se gera renda do rural, geralmente sob uma atividade de renda anual, sujeita a intempéries climáticas e instabilidade de preço. Por isso, segundo Spanevello (2008), a recusa dos jovens em viver no rural tem como foco a recusa do trabalho e da renda, e não necessariamente do modo de vida.

Com relação ao lazer que os jovens acessam, todos os entrevistados mostram participar de lazer, embora nem todos participem de atividades de lazer na comunidade onde residem (cinco jovens deles disseram não participar de atividades desenvolvidas em sua comunidade). Entre as justificativas para a não participação está o fato de ser uma escolha do entrevistado. De acordo com Stuani *et al*. (2016) hoje tem alguns jovens que já consideram que sair do rural e abandonar as propriedades seria uma perda muito grande,



visto que se perderia o investimento feito nela, a qualidade de vida que os mesmos consideram ter no meio rural, a tranquilidade e hoje mesmo morando no rural tem-se acesso ao lazer da mesma maneira de quem reside na cidade.

Além do lazer, os próprios espaços organizativos rurais também despertam interesse nos jovens, como é o caso das cooperativas agropecuárias e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Ser sócio de cooperativas não é um fator predominante entre os jovens entrevistados. Dos 26 jovens, 12 (sete jovens do sexo feminino e cinco do masculino) são sócios das diferentes cooperativas que estão situadas em sua região. Quanto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais temos oito jovens sócios, sendo três do sexo feminino e cinco do sexo masculino, tendo um percentual de 69,23% jovens que não se associaram ao mesmo.

Quando questionados sobre os fatores mais importantes para permanecer no campo, os entrevistados deste estudo, como podemos observar no Quadro 6 a seguir, destacaram ter vontade e dedicação pessoal, ter uma renda considerada satisfatória, ter reconhecimento, incentivo e apoio da família, ter acesso à terra, ter políticas públicas que vitalizem a instalação dos jovens e ter liberdade para introduzir inovações na propriedade. Estes fatores foram destacados por eles como sendo relevantes no incentivo e apoio ao jovem a ficar no meio rural.

Segundo Spanevello (2008) o envolvimento e a responsabilidade dos filhos nas atividades desenvolvidas na propriedade, bem como, o reconhecimento dos pais aos filhos e a geração de renda contribui para a permanência dos mesmos no campo. Como se pode observar ter uma renda considerada satisfatória está entre os fatores mais importantes para os jovens entrevistados. De acordo com Carneiro (2005) a renda pode influenciar de duas maneiras na permanência dos filhos, sendo elas: 1) a geração de renda resulta em condições melhores de vida e pode dar oportunidade de continuar os estudos; 2) A renda elevada mostra-se promissora aos jovens o que estimula estes a ficarem e investirem na produção, aumentando desta maneira a produtividade e a renda.

Consoante se extrai do Quadro 6, vários fatores são considerados pelos jovens como importantes para a sua sobrevivência no meio rural. Os mais escolhidos foram: ter vontade e dedicação pessoal; ter renda considerada satisfatória; e ter reconhecimento, incentivo e apoio da família. Também foram bem votados os fatores de: ter acesso à propriedade de terra; contar com políticas públicas que viabilizem a instalação dos jovens; liberdade para introduzir inovações na propriedade; ter um(a) companheiro(a) para compartilhar as atividades da propriedade etc.

Quadro 3: Fatores mais importantes para o jovem no meio rural

Fatores mais importantes para o jovem	Frequência
Reconhecimento, incentivo e apoio da família	6
Vontade e dedicação pessoal	11
Liberdade para introduzir inovações na propriedade	4
Acesso a propriedade de terra	5
Políticas públicas que viabilizem a instalação dos jovens	5
Conhecimentos adequados sobre a produção agrícola	3
Ser o(a) sucessor(a) do pai na gestão da propriedade	1
Participar de grupos de produtores, sindicatos e/ou cooperativas	1
Renda considerada satisfatória	10
Encontrar um(a) companheiro(a) para compartilhar as atividades da propriedade	4
Autonomia e renda própria para seus gastos pessoais	2

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Percebe-se que muitas são as razões para um jovem querer ou não ser um agricultor e estas podem estar relacionadas com desejos pessoais, profissionais, ou de iniciativas próprias. Para Gasson e Errington (1993) existem três fatores para um jovem querer ficar (ser o sucessor). São eles: características das unidades familiares, a conjuntura financeira da propriedade e conseguir produzir mais e mais para diminuir os custos e aumentar o lucro.

Para parte dos entrevistados, para almejar a ocupação agrícola, é preciso querer ou ter vontade de ficar, gostar da atividade, pois é uma ocupação repleta de desafios e vivenciar experiências positivas de outros jovens sucessores no meio rural. Além destas motivações pessoais, são pontuados também ter o reconhecimento da família pelo trabalho desempenhado na propriedade e a necessidade de ter retorno financeiro (Quadro 7).

Para não querer ser agricultor, podemos observar apenas duas razões trazidas pelos jovens, que foi a desmotivação pelos pais e a falta de se ter um horário certo para cumprir tendo que trabalhar, muitas vezes, nos finais de semana. Os autores citados anteriormente (Gasson e Errington, 1993) apresentam três motivos para os filhos não ficarem (não haver sucessão): 1) o tamanho das propriedades (quando são muito pequenas), viabilidade econômica; 2) Redução da perspectiva de ser o herdeiro; 3) A possibilidade dos filhos em trabalhar na cidade (GASSON, ERRINGTON, 1993).

O Quadro 7 a seguir retrata os fatores comportamentais e econômicos apontados pelos entrevistados como as principais razões que influenciam na decisão de querer ou não querer ser um agricultor.

Quadro 4: Razão para um jovem querer ou não ser agricultor.

Razão para um jovem querer ou não ser agricultor	Frequência	Percentual
Razões comportamentais		
Tem que gostar do interior	1	3,85%
Ficar mais perto da família e devido a qualidade de vida no meio rural que é melhor	1	3,85%
Ser valorizado	1	3,85%
Vontade, gostar do que vai fazer, porque é uma profissão de desafios	3	11,54%
Querer ajudar os pais, dar continuidade na propriedade, gostar do meio rural	1	3,85%
Ter vontade e iniciativa	6	23,08%
Poder fazer seus horários, ser seu patrão	1	3,85%
Não ter horário certo e ter que trabalhar nos finais de semana	1	3,85%
Vontade, dedicação e reconhecimento	1	3,85%
Ter um exemplo de sucesso no meio rural e ter vontade	2	7,69%
Desmotivado pelos pais	1	3,85%
Razões econômicas		
Reconhecimento, um retorno financeiro satisfatório	3	11,54%
Acesso à terra e conhecimentos para produzir nesta terra	1	3,85%
Boa estrutura física e econômica	1	3,85%
Incentivo dos órgãos públicos	1	3,85%
Independência financeira	1	3,85%

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

As impressões relatadas pelos entrevistados se aproximam dos resultados de Matte *et al.* (2019) com jovens pecuaristas e agricultores familiares e do estudo do Wesheimer (2019) com jovens do Recôncavo da Bahia em que os jovens frente ao discurso negativo dos pais sobre a atividade e frente a renda escassa e sem o reconhecimento do trabalho juvenil desenvolvido nas propriedades tendem a deixar o campo. Ou seja, a saída dos filhos (processo que impacta diretamente na sucessão dos negócios da propriedade) não é motivada apenas por questões materiais com recurso financeiro, tamanho de área, infraestrutura produtiva, entre outros.

O trabalho de Spanevello (2008) aponta que as propriedades sem sucessores estão nestas condições, entre outros motivos, pelo discurso negativo sobre a atividade agropecuária e sobre o rural cotidiano dos pais levam os filhos a seguir para outras ocupações. Conforme Silvestro *et al.* (2001), o discurso mais intenso tende a ser das mães para as filhas, fazendo-as a desistir da ocupação agrícola em razão da pouca valorização do trabalho feminino nas atividades agrícolas gerando implicações inclusive no momento da sucessão e da herança da terra.



Muito se discute sobre o esvaziamento do meio rural e sobre o jovem estar deixando o rural, o que resulta no envelhecimento do rural. Ao questionar os jovens sobre o assunto, 100% deles reconhecem que sim, o jovem está deixando o rural. Os motivos para que isto aconteça, segundo eles, são muitos: não ter finais de semana livre, férias, feriados, propriedades pequenas, falta de uma renda mensal, falta de incentivo dos pais, falta de oportunidade, desinteresse dos jovens e a busca de melhores oportunidades fora da propriedade.

Quando questionados sobre quais seriam as suas aspirações futuras ou o que desejam para o futuro enquanto projeto de vida, os jovens entrevistados destacaram uma série de apontamentos que envolvem aspirações pessoais, financeiras e relacionadas com o trabalho, conforme Quadro 8.

De modo geral, as aspirações perpassam por ter bens materiais (casa própria); qualidade de vida; melhoria de vida; ter uma estabilidade; e alguns também almejam melhorias para as atividades que realizam. Podemos ver que um dos jovens deseja algo mais, referindo almejar que a agricultura e os jovens no rural fossem mais valorizados, mostrando que a valorização também importa para eles. Nesse mesmo sentido, Brumer *et al.* (2000) afirmaram que a renda satisfatória, a inserção da tecnologia para se tornar competitivo, a oportunidade de desenvolver atividades não agrícolas para obtenção de renda, a relação existente entre pais e filhos, a valorização das mulheres (filhas), a qualidade de vida no campo e a valorização da profissão como agricultor, são perspectivas tanto econômica como social de grande importância para a permanência dos filhos no meio rural.

Quadro 5: Aspirações futuras.

Aspirações futuras	Frequência
Pessoais	
Constituir família	2
Continuar na propriedade e fazer agronomia	1
Ter a minha propriedade	1
Fazer faculdade de agronomia	2
Formar-se na faculdade	1
Dar estudo para minha filha e fazer uma casa nova	1
Cursar uma pós graduação	1
Voltar a trabalhar somente na propriedade	1
Que a agricultura e o jovem no rural fossem valorizados	1
Família bem estruturada com qualidade de vida	1
Financeiras	



Casa própria	5
Ter prédio próprio para a agroindústria e dar estudo para meus filhos	1
Se aposentar bem	1
Ter mais terra	1
Que o negócio continue rentável	1
Estabilidade financeira	1
Trabalho	
Trabalhar e subir de cargo	1
Ficar com o cargo de técnico agrícola	1
Automatização e inovação nas atividades que já realizo	1
Emprego melhor	1

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Os resultados aqui demonstrados corroboram esta afirmativa e também vêm ao encontro da constatação feita por Matte *et al* (2019) ao concluir seu estudo sobre a permanência do jovem no meio rural, dizendo que não basta apenas que o jovem faça a escolha de permanecer no rural, é preciso que ele tenha condições de exercer a atividade agrícola com autonomia e qualidade de vida, o que supera o mero aspecto econômico da atividade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho identificou, inicialmente, as características pessoais dos jovens residentes no meio rural do Município de Crissiumal/RS, bem como detectou as atividades não agrícolas desempenhadas pelos entrevistados em paralelo às agrícolas predominantes nas propriedades do espaço empírico.

Neste estudo, a maioria dos entrevistados afirmou desempenhar atividade não agrícola alternadamente com a atividade agrícola. Diante disso, apresentou-se um dado interessante: mesmo os jovens entrevistados desempenhando atividades não agrícolas como alternativa para geração de renda, a sua maioria afirmou achar ótimo ou bom residir no meio rural, não havendo nenhuma afirmativa contrária entre eles. Evidencia-se, portanto, que os jovens atualmente têm procurado manter um vínculo com o meio rural, também reconhecendo as oportunidades e a qualidade de vida que residir neste meio pode proporcionar. Foi possível, assim, detectar uma nova configuração do meio rural, em que a população jovem que está optando por residir no campo, buscando se ocupar com atividades do meio urbano ou fora da propriedade, bem como buscando a diversificação de atividades dentro da propriedade.



Nesse sentido, o estudo demonstrou eles têm desenvolvido mais de uma atividade, caracterizadas por um conjunto de atividades agrícolas e não agrícolas desempenhadas em horários intercalados, dentro e fora das propriedades rurais, sem abandonar os afazeres do trabalho no campo. A novo rural apresentou-se como uma forma para a diversificação da renda das famílias, já que a maioria das atividades não agrícolas são cargos remunerados (caixa, vendedor, funcionário público etc), e também sob a forma de função social e integrativa do meio rural, quando se percebe a busca dos jovens por autonomia e independência financeira (exercício de outros cargos remunerados) ou realização profissional (como o caso dos jovens que exercem funções para as quais cursaram o ensino técnico ou superior, por exemplo, a enóloga e o agrônomo).

Esses dados indicam que as atividades não agrícolas ganham grande importância na questão da permanência dos jovens no campo, pois o exercício dessas atividades proporciona aos jovens diversos benefícios, razão pela qual os entrevistados ressaltaram que, de fato, poder desempenhar atividades não agrícolas contribui para a sua permanência. Com efeito, em 24 das propriedades são desenvolvidas atividades agrícolas combinadas com atividades não agrícolas, mostrando que, mesmo desenvolvendo atividades não agrícolas, os jovens mantêm vínculo com o rural e com as atividades agrícolas, quando não estão realizando atividades não agrícolas. Nos casos entrevistados, portanto, percebe-se a ausência de intenções de abandonar por completo o meio rural na maioria dos jovens.

Ainda em busca de caracterizar o jovem residente no meio rural, a pesquisa buscou identificar as razões para um jovem querer ou não ser agricultor. Verificou-se que, no que concerne às razões comportamentais, muitos jovens indicaram haver necessidade de estar presente em suas condutas a vontade de ser agricultor e a iniciativa própria de desempenhar essa atividade, associando a isso o gosto pelo que irá fazer, por considerar a agricultura uma profissão de desafios. No que diz respeito às razões econômicas que levariam um jovem a optar pela agricultura, os jovens indicaram a necessidade de reconhecimento pelo desempenho da função em conjunto com um retorno financeiro satisfatório, sugerindo elemento importante além da questão financeira: ser reconhecido pelo seu trabalho.

5 REFERÊNCIAS

ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V. **O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagrarização**. Ensaios FEE, Porto Alegre, v.



26, n. 1, p. 661-694, jun. 2005. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/2097/2479>. Acesso em: 10 jun. 2018.

BRUMER, A.; ROSAS, E. N. L.; WEISHEIMER, N. **Juventude rural e divisão do trabalho na unidade de produção familiar**. In: Congresso Internacional Rural Sociology Association (IRSA). Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: IRSA, 2000.

CARNEIRO, M. J. **Juventude rural: projetos e valores**. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Org.). Retratos da Juventude Brasileira: análise de uma perspectiva nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo: Instituto Cidadania, 2005. p. 243-261.

CENSO AGROPECUÁRIO: **resultados definitivos. 2017**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 15 out. 2019.

CENSO DEMOGRÁFICO. 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/universo-resultados-preliminares>. Acesso em: 15 out. 2019.

CHISWELL, H. M. **From Generation to Generation: Changing Dimensions of Intergenerational Farm Transfer**. Sociologia Ruralis, v. 58, n. 1, p. 104-125, Jan. 2018. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/soru.12138>. Acesso em: 30 set. 2018.

DEGGERONE, Z. A.; et al. **Agricultura familiar: o trabalho dos jovens na gestão e reprodução de um modo de vida na região Alto Uruguai, Rio Grande do Sul. Boletim Goiano de Geografia, Goiânia, v. 34, n. 2, p. 367-379, maio-ago. 2014. Disponível em: <**<https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/31737/17012>**>. Acesso em: 10 jun. 2018.**

GASSON, R.; ERRINGTON, A. **The farm family business**. Wallingford: Cab International, 1993.

GRUBBSTROM, A.; ERIKSON, C. **Retired Farmers and New Land Users: How Relations to Land and People Influence Farmers' Land Transfer Decisions**. Sociologia Ruralis, v. 54, n. 4, p. 707-725, out. 2018. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/soru.12209>. Acesso em: 30 set. 2018.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul**. In: SCHNEIDER; S. A. Diversidade da Agricultura Familiar. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

MAGALHÃES, M. N.; LIMA, A. C. P. **Noções de probabilidade e estatística**. São Paulo: EDUSP, 2008. Disponível em: http://www.pdfstart.com/preview?t=Livro-texto+de+Probabilidade+e+Estat%C3%ADstica+-+estpoli&u=http%3A%2F%2Festpoli.pbworks.com%2Ff%2Flivro_probabilidade_estatistica_2a_ed.pdf. Acesso em: 23 jun. 2018.



MAIA, A. G. **O esvaziamento demográfico rural**. In: BUAINAIN, A. M.; et al.. (Orgs.). O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília, DF: Embrapa, 2014. p. 1082-1100.

MAIA, A. G.; BUAINAIN, A. M. **O novo mapa da população rural brasileira**. CONFINS, n. 25, nov. 2015. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/confins/10548?gathStatIcon=true>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

MALUF, R. S. **Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais**. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 299-322, abr. 2004. Disponível em: <<https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/2061/2443>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

MATTE, A.; MACHADO, J. A. D. **Tomada de decisão e a sucessão na agricultura familiar no sul do Brasil**. Revista de Estudos Sociais, Cuiabá, v. 18, n. 37, p. 130-151, 2016. Disponível em: <<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/3981/pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2018.

MATTE, A.; et al. **Agricultura e pecuária familiar: (des)continuidade na reprodução social e na gestão dos negócios**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, Taubaté, SP, v. 15, n. 1, p. 19-33, jan./abr. 2019. Disponível em: <<https://www.rbqdr.net/revista/index.php/rbqdr/article/view/4317>>. Acesso em: 10 set. 2019.

PAULILO, M. I. **Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 229- 252, jan./abr. 2004.

REARDON, T; et al. **Los pobres en el desarrollo del empleo rural no agrícola en América Latina: paradojas y desafíos**. In: Tercer Simposio Latinoamericano de Investigación y Extensión en Sistemas Agropecuarios, 19-21 ago. 1998, Lima, Perú. Disponível em: <http://www.fao.org/tempref/GI/Reserved/FTP_FaoRlc/old/prior/desrural/pdf/reardon.pdf>. Acesso em: 30 set. 2018.

SCHNEIDER, S.; FIALHO, M. A. V. **Atividades não agrícolas e turismo rural no Rio Grande do Sul**. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. (Org.). Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru: EDUSC, 2000, p. 15-50. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/producaotextual/sergio-schneider/schneider-sergio-fialho-marco-antonio-verardi-atividades-nao-agricolas-e-turismo-rural-no-rio-grande-do-sul-in-almeida-joaquim-anecio-riedl-mario-org-turismo-rural-ecologia-lazer-e-desenvolvimento-1a-ed-bauru-2000-p-14-50>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

SIGNOR, C. P. **Empreendedorismo rural: intenções empreendedoras dos jovens acadêmicos da área de ciências agrárias**. 2019. 114p. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) - Universidade Federal de Santa Maria, Palmeira das Missões, 2019.

SILVA, J. G. **O novo rural brasileiro**. Revista Nova Economia, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 43-81, maio 1997. Disponível em: <http://www.geografia.ufflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/O_novo_rural_brasileiro.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2018.

X SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – Atores, Ativos e Instituições: O Desenvolvimento Regional em perspectiva

15, 16, 17, 23 e 24 de setembro de 2021



SILVESTRO, M. L. et al. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/os_impasses_sociais.pdf>. Acesso em: 30 set. 2018.

SIMIONI, F. J. et al. **Diversificação e atividades não agrícolas como alternativas de renda na agricultura familiar: um estudo de caso no painel/SC**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, Taubaté, v. 12, n. 2, p. 185-207, maio/ago. 2016. Disponível em: <<http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/2318/521>>. Acesso em: 30 set. 2018.

SOFER, M. **Pluriactivity in the Moshav: Family farming in Israel**. Journal of Rural Studies, v. 17, n. 3, p. 363-375, 2001. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0743016701000122?via%3Dihub>. Acesso em: 05 set. 2018.

SPANEVELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008. 236 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2008.

SPANEVELLO, R. M. et al. **As estratégias para manter a sucessão em estabelecimentos familiares**. In: RENK, A; DORIGON, C. (Orgs.). Juventude rural, cultura e mudança social. Chapecó: Argos, 2014. p. 163-188.

SPANEVELLO, R. M.; MATTE, A.; ANDREATTA, T.; LAGO, A. **A problemática do envelhecimento no meio rural sob a ótica dos agricultores familiares sem sucessores**. Desenvolvimento em Questão, Ijuí, n. 40, p. 348-372, jul./set. 2017. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/5903>. Acesso em: 10 nov. 2018.

STUANI, C.; NECKEL, A.; FICAGNA, A. V. O. **Jovens herdeiros: uma análise da sucessão familiar em pequenas propriedades rurais de Nova Araçá**. In: IX EGEPE – Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas. Passo Fundo, 2016. Disponível em: <<https://www.egepe.org.br/2016/artigos-egepe/335.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2019.

SUESS-REYES, J.; FUETSCH, E. **The future of family farming: A literature review on innovative, sustainable and succession-oriented strategies**. Journal of Rural Studies, v. 47, n. 1, p. 117-140, out. 2016. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0743016716301401?via%3Dihub>. Acesso em: 02 jul. 2018.

WEISHEIMER, N. **Situação juvenil e projetos profissionais de jovens agricultores familiares no Recôncavo da Bahia**. Revista Estudos, Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 67-94, 2019.